



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

COZINHA SOLIDÁRIA NÃO DA ALIMENTO: ALIMENTA A RESISTÊNCIA NO COMBATE À FOME

RONNEY LIBERATO DECROZZI¹

MARIA VIRGINIA RIGHETTI FERNANDES CAMILO²

MARCIA CASTAGNA MOLINA³

CAROLINE OLIVEIRA DE ANDRADE⁴

RESUMO

Esse artigo contribui com as reflexões acerca do movimento Cozinha Solidária que fornece alimentação para pessoas em situação de vulnerabilidade no Município de Campinas, visando a luta pela garantia do direito. Utiliza como metodologia o Relato de Experiência, a construção teórica e experiências vivenciadas.

Palavras-chaves: Serviço Social, Covid-19, fome, Cozinha Solidaria e Movimento Social.

ABSTRACT

This article contributes to reflections on the Kitchen Solidarity movement, which provides food for people in situations of vulnerability in the municipality of Campinas, with a view to fighting for

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulousp

³ Universidade São Paulo

⁴ Fundação Hermínio Ometto Uniararas

the guarantee of rights. Its methodology is an experience report, theoretical construction and lived experiences.

Keywords: Social Service, Covid-19, hunger, Solidarity Kitchen and Social Movement.

INTRODUÇÃO

Este artigo ao longo de sua construção, abordou um tema extremamente relevante: a garantia de direitos dos que se encontram em situação de vulnerabilidade, especialmente a população que enfrenta a fome, situação essa já existente no Brasil, porém se intensificou de forma alarmante durante a crise sanitária, causada pela pandemia da Covid-19 no ano de 2019 no Mundo.

Frente aos retrocessos das políticas públicas do Governo Federal naquele período, à influência do neoliberalismo que preconiza a redução do papel do Estado nas políticas sociais, atribuindo à família e sociedade civil mais ações, o cuidado com a saúde e os desafios da fome, desemprego, pobreza colocam a população em situação de risco.

Como enfrentar a fome na pandemia? As iniciativas abrangeram a população em geral que buscou ações em caráter emergencial, buscando a solidariedade como resposta. Movimentos Sociais tomaram iniciativa de ações para minimizar a fome. A contribuição deste trabalho volta-se a estudar o movimento social Cozinha Solidária realizado no município de Campinas SP, com a distribuição de refeições destinada à população de um território com alta demanda por acesso à alimentação.

Na elaboração desse artigo, foi utilizado a metodologia de Relato de Experiência, que parte da reflexão relacionando a construção teórica e experiências vivenciadas (MATTOS, JUNIOR e BLECHER, 2004.). Também utilizamos artigos científicos indexados, notícias digitais, livros e teses de dissertações, para ampliar a análise em relação ao objeto estudado. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, que permite maior familiaridade com os problemas pesquisados, possibilitando realizar um levantamento bibliográfico (GIL, 2002).

O artigo está dividido em quatro momentos, além da introdução que apresenta o que será discutido, serão apresentados os impactos da pandemia da COvid-19 e o agravamento da fome. Na sequência abordaremos a origem da Cozinha Solidária no Brasil, e a Cozinha Solidária São Marcos do Município de Campinas e suas reflexões.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 E O AGRAVAMENTO DA FOME

Ao final do ano de 2019, os meios de comunicações noticiaram a presença do SARS-Cov-2, conhecido como Covid-19 na cidade de Wuhan, na China, contudo pouco tempo depois, o impacto passou a ser mundialmente visível. Em específico no Brasil, os primeiros casos de Covid-19 surgiram no início do ano de 2020 (JOAZEIRO e ARAÚJO, 2022).

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), passou a divulgar informações e coletivas de imprensa, com o intuito de realizar orientações para reduzir o contágio e a disseminação da Covid-19, no qual, o uso de máscaras, isolamento social e *Lockdown*, eram algumas das estratégias (SILVA, 2023). Todavia em nosso país, com sua imensa desigualdade social, os impactos de perdas e sofrimentos foram ainda mais árduos, considerando as relações de classe, gênero e etnia.

Nesse sentido, nos dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2024) entre o período de 20/03/2020 até 20/06/2024, foram de 712.380 óbitos em decorrência da Covid-19 no Brasil. Além disso, também foram desencadeados problemas na área da saúde, bem como, no setor econômico, ocorrendo demissões em grandes proporções e redução na renda financeira de muitas famílias, conseqüentemente o índice de pessoas em situação de rua aumentou, assim como o índice de pobreza.

Entretanto, cabe ressaltar que a pandemia da Covid-19 não apenas intensificou a desigualdades e a vulnerabilidade social, como também revelou de maneira explícita, as mazelas da sociedade que historicamente vinham naturalizando e banalizando as violações de direitos da população. As mulheres foram as que mais sofreram na pandemia. Muitas mães e avós são arrimo de família no Brasil, além de serem as que mais cuidam das crianças e idosos. Desse modo, a proteção social deve ser garantida para todos, principalmente para aqueles que mais necessitam do Estado, devido ao não reconhecimento de seu lugar na sociedade, exclusão devido ao gênero, da qual, a inclusão na sociedade apenas se deu historicamente de modo submisso e precário (PRATES, 2022).

Em face desse cenário da pandemia da Covid-19, cabe ressaltar que o território passou a ser compreendido como um espaço social, propiciando maior aproximação com cada particularidade daqueles que ali vivem, uma vez que, muitas pessoas estão submetidas a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

diferentes níveis de risco pelo contágio do vírus (PRATES, 2022). Com isso, podemos entender que essas mesmas pessoas, enfrentaram dificuldades relacionadas ao trabalho, renda, mobilidade, acesso aos serviços de saúde e a alimentação no dia-a-dia.

Segundo a pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2022) apresentada no 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, aponta que cerca de 58,7% da população convive com a insegurança alimentar em algum grau, seja considerado leve, moderado ou grave. No que diz respeito à fome, são cerca de 33,1 milhões de pessoas no Brasil. Esses dados foram levantados entre novembro de 2021 a abril de 2022, com pesquisa realizado em 577 municípios, distribuídos em 27 Estado e no Distrito Federal, conforme os dados (REDE PENSSAN, 2022).

Pode-se afirmar em razão disso, que a gravidade do retrocesso em nosso país ocorreu pela gestão federal daquele período, que não se posicionou com medidas necessárias e urgentes frente a pandemia da Covid-19. Bem como, pelos desmontes e falta de investimento em políticas públicas, os quais, acentuaram ainda mais as desigualdades sociais, situação essa que colocou o Brasil no Mapa da Fome novamente.

Um dos reflexos que retrata essa situação, podemos confirmar com a reportagem realizada e publicada no G1 em 2021. No período da pandemia, na cidade de Cuiabá um açougue distribuía pedaços de ossos com retalhos de carne há dez anos, uma vez por semana. Com a pandemia a fila cresceu e a distribuição passou a ocorrer três vezes por semana, em um injusto e triste cenário (FANTASTICO *apud* G1, 2021). Considerando o que foi relatado pela matéria, compreendemos a complexidade que o nosso país vivencia em relação a fome, sendo fundamental que as políticas públicas não sejam negligenciadas por aqueles que desprezam a classe mais vulnerável de nossa sociedade, que tanto delas necessitam. Segundo Pinheiro e Carvalho (2007):

Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (PINHEIRO e CARVALHO, 2007, p. 06).

Dessa forma, entendemos que as pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, têm direito a uma alimentação saudável, como também de qualidade, devendo ser garantido através das políticas públicas eficazes, de forma digna. Embora as políticas sociais saúde, previdência e assistência social preconizadas na Constituição de 1988, pressupondo capilaridade em todo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

território nacional, os recursos destinados são insuficientes. O congelamento de gasto público na área social, com a PEC 241 confirma a posição do Estado neste período.

Frente a esse cenário a sociedade civil começa a tomar iniciativas sendo que os movimentos sociais e populares assumem a liderança e desenvolvem trabalhos para amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 e da ausência do Governo Federal, com o propósito de garantir a alimentação a população mais afetada neste contexto (Silva 2023).

Essas ações solidárias, atuam na lógica de tentar reduzir o impacto dessas desigualdades e lacunas deixadas pela ausência do próprio Governo Federal, ausências essas que atingem cruelmente na população vulnerável. O movimento da Cozinha Solidária é um dentre tantos outros movimentos que atua nessa perspectiva de garantir uma alimentação nutricional a toda pessoa que tem fome, pois a alimentação é um direito universal, portanto direito do cidadão e dever do Estado.

COZINHA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A trajetória dos movimentos sociais no Brasil, surgiram frente à necessidade de contestar com aqueles detentores das forças dominantes, configurando assim, como ferramenta de luta para garantir os direitos a grupos em situação de vulnerabilidade e excluídos da sociedade, ações que foram consolidadas por meio do serviço social, que atuaram no pensar e agir na vida desses indivíduos buscando fortalecer a coletividade para a resistência de lutas (LOPES e SANTANA, 2017). Desta forma, segundo Gohn (2000):

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2000, p. 11).

Esses movimentos sociais, possibilitaram aos que se encontravam invisíveis para a sociedade capitalista na pandemia da COVID 19, a terem voz, buscando romper com a opressão, lutando de forma coletiva para que assim, fosse possível construir uma resposta emergencial como medida para enfrentamento da fome e o acesso ao direito humano fundamental alimentação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Dentre os vários movimentos sociais, o que iremos apresentar é o projeto Cozinha Solidária, que foi criada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) no ano de 2021, devido à crise sanitária em decorrência da pandemia da Covid-19, no qual nosso país se encontrava com alto índice de fome, risco social e alimentar, passando a garantir a alimentação diária e de forma gratuita para as famílias necessitadas.

Posteriormente o projeto Cozinha Solidária expandiu-se para vários Estados, inclusive no ano de 2022, foi vencedor do Prêmio Desafio da Infância Saudável promovido pela Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF) criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), premiação essa que reafirma a estratégia de organização popular por meio de movimentos sociais como potência para garantia de direitos. Segundo dados levantados pelo MTST em novembro de 2023 existiam 43 Cozinhas Solidárias em 17 Estados (MTST, 2021).

Frente a isso, entende-se que a Cozinha Solidária ultrapassa a função apenas de fornecer alimentação para a população vulnerável, mas também de cuidar do outro, de potencializar a coletividade, conforme apontado por Soledade et al. (2017) no qual a convivência próxima oportuniza o debate sobre a questão, ampliando informações além de proporcionar, conforme apontado por Soledade et al. (2017):

[...] convivência próxima, o compartilhamento de atividades, o cuidado com o outro, dentre outras. Nesse movimento, pontua-se que a solidariedade, por ser um indicativo para a conscientização do coletivo, em relação à humanização nas relações e ao desenvolvimento dos processos de trabalho, valoriza os sujeitos e contribui para o processo emancipatório (SOLEDADE et al., 2017, p.1192).

Assim, em meio a esses espaços ocupados pelo coletivo, são grandes as possibilidades de garantir a efetivação do direito à alimentação aos que estão em vulnerabilidade social, pois a solidariedade com o outro, nos torna mais sensíveis, não atuando na lógica do assistencialismo, mas atuando por meio de ações em defesa do direito humano, criando assim oportunidades de emancipação.

COZINHA SOLIDÁRIA SÃO MARCOS E SUAS REFLEXÕES

Em paralelo iremos apresentar uma cozinha solidária que foi criada em Campinas pelo Padre Antônio Rodrigues Alves, em parceria com dois movimentos: o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) Marielle vive, e o Núcleo Campinas da Articulação Brasileira pela

Economia de Francisco e Clara, movimento chamado pelo Papa Francisco para construção de uma economia que faz viver e não mata, cuida da natureza e não depreda.

A Cozinha Solidaria São Marcos, no Município de Campinas/SP, localizada no território periférico do Jardim São Marcos, começou a funcionar em 14/06/2021, contando com a utilização do espaço da Paróquia São Marcos, o Evangelista (ALVARES apud MST, 2021). Entretanto a região dos Amarais, onde está localizado o bairro São Marcos, abrange também outros territórios, compondo cerca de 60 mil habitantes, conseqüentemente a Cozinha Solidaria São Marcos também atende pessoas desses outros bairros próximos.

O Padre Antonio Rodrigues Alves relata que a região é estigmatizada e que a pobreza aumentava cada vez mais na região nos últimos anos, devido à pandemia da Covid-19. Entre o início do funcionamento dessa Cozinha Solidária até a data da publicação da matéria, já haviam sido fornecidas 60 mil refeições às pessoas que necessitavam (ALVARES apud MST, 2021). No ano de 2022 estima-se que foram servidas 93.659 refeições, e em 2023 foram servidas cerca 53.000 refeições, índice esse que mostra uma redução de pessoas que já não se encontram mais em situação de insegurança alimentar grave. Atualmente são servidas 5.280 refeições por mês. A produção é realizada por equipe de Cozinheiras/os do MST Marielle vive.

A Cozinha Solidária São Marcos, conta também com a ajuda de 37 voluntarias/os, participantes dos movimentos sociais, com formação superior em diversas áreas, como, médicas e farmacêutica sanitarias, dentista, professoras, entre outros, além de pessoas da própria comunidade, tem uma nutricionista, responsável técnica contratada, no qual, todas/os são responsáveis pelo processo de arrecadação de alimentos e produção das refeições. A manutenção do projeto se dá através de doações financeiras e de alimentos, arrecadadas, também é realizado mensalmente um bazar solidário.

Essa ação realizada pela Cozinha Solidaria São Marcos através de cada pessoa que se dedica a desenvolver com planejamento a produção das refeições, propiciou a garantia do direito à alimentação e à dignidade na vida dessas famílias que se encontravam nas estatísticas da fome, com total desrespeito a um direito humano fundamental, conforme garantido na Constituição Federal (1988) que em seu artigo 6º. apresenta como direito social a alimentação (BRASIL, 1988).

Todavia a fome ou a má nutrição não ocorre devido ao fato de não haver terra fértil, ou devido ao sol extremo, mas se concretizam pelo motivo de termos uma sociedade historicamente estruturada nos interesses dos considerados grupos hegemônico, limitando os demais grupos

vulneráveis, ao acesso a salários dignos, condições adequadas de trabalho, alimentação de qualidade, dentre outros aspectos (VALENTE, 2014).

Hoje a Cozinha Solidária São Marcos, fornece alimentação de segunda à quarta-feira para as famílias, chegando a ser entregues diariamente de 400 a 600 refeições. Cada família deve levar seu próprio recipiente (para levar a alimentação para casa), pois na cozinha não são utilizadas embalagens ou marmitas descartáveis, buscando assim, promover a conscientização de preservação do meio ambiente (ALVARES apud MST, 2021). Além do fornecimento das refeições são realizadas oficinas de geração de renda como a oficina de pães, em que o recurso advindo das vendas é revertido aos próprios participantes.

Deste modo, percebe-se que o trabalho realizado nesta Cozinha Solidária não tem como objetivo somente fornecer a alimentação para ser levada, mas também de oferecer o espaço para que os participantes se alimentar de forma comunitária possa a terem experiências que criem autonomia e superação, ação essa vista como partilhar em coletivo, possibilitando construir autonomia e superação da situação de vulnerabilidade social e novas relações sociais. Nesse sentido Valente (2014) expõe a importância da troca de relações quando nos alimentamos em grupo:

Ao comer, portanto, nós não apenas buscamos satisfazer o impulso da fome ou satisfazer nossas necessidades nutricionais. Ao nos alimentarmos, uns aos outros, e a nossas famílias, amigos e estranhos, aproveitando refeições preparadas de acordo com receitas ancestrais ou familiares, nós nos reconstruímos enquanto seres humanos em nossas dimensões orgânica, intelectual, psicológica, cultural e espiritual (VALENTE, 2014, p.7).

A Cozinha Solidária São Marcos cumpre esclarecer que atua na conscientização do meio ambiente evitando utilizar materiais plásticos, bem como, fazendo com que as próprias famílias reutilizem seus recipientes, pratica essa que está na Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC,2023)). Neste documento um dos seus princípios refere-se a importância de crer em uma ecologia integral, que reconheça as relações humanas, sociais e ambientais que garantam a vida em sua dignidade, que também não seja nociva aos demais seres, respeitando tudo aquilo que existe e vive no mundo (Brasileiro, 2023, 315).

Dando continuidade ao que foi publicado pela matéria a respeito da Cozinha Solidária São Marcos, uma das cozinheiras que realiza os preparos das refeições para as famílias, expôs que o projeto provocou reflexões sobre a vida, por ter entrado em contato com diversas pessoas, além de pensar sobre a importância da solidariedade (ALVARES apud MST, 2021).

Com isso, compreendemos nesse relato que espaços como esses, com práticas de solidariedade, buscam garantir um direito básico, mas fundamental para aqueles invisíveis e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marginalizados pelo Estado e pela sociedade. Estas ações desenvolvidas no cuidado com o outro em espaços coletivos, provocam inquietações e reflexões sobre as contradições sociais acerca da cidadania no Brasil com o princípio de universalidade do direito e a realidade de desigualdade.

A iniciativa de ação solidária não significa assistencialismo, mas uma resposta emergencial frente à necessidade de alimentar-se para sobreviver, que atua de forma reflexiva, tentando garantir o acesso a alimentação e combatendo a fome de forma a ofertar ao outro um lugar de cidadão de direito e não de uma ação que controla o direito do cidadão e que o humilha, uma resposta de cuidar do outro, que traduz em luta por uma cidadania.

Sabemos que no Brasil o cenário de pessoas que passam fome e/ou vivem com a insegurança alimentar, se agravou ainda mais por causa da pandemia da Covid-19 e a própria ausência do Estado no que diz respeito a execução das políticas públicas nesse período. Dessa forma, a fome deriva do desemprego e/ou de uma renda financeira que não supre as necessidades do núcleo familiar, no qual, muitos estabelecimentos tiveram que fechar por um período, como medidas sanitárias para a não propagação da pandemia da Covid-19.

Essa problemática é apresentada pela Cozinha Solidária São Marcos, pois uma família relata estar desempregada e tem a ajuda financeira apenas de um salário mínimo para arcar com as despesas, com a composição familiar de 9 pessoas na mesma residência, situação essa, na qual, muitas vezes não têm condições de comprar um gás de cozinha e acabam por ter dificuldades com a alimentação. A Cozinha Solidária oferece a refeição para todos do grupo familiar (ALVARES apud MST, 2021). De acordo com Pereira (2013), essa situação ocorre pois:

“[...] os trabalhadores foram castigados, seus salários e rendas decresceram; seus empregos se precarizaram ou foram extintos; e suas condições de vida e de cidadania se degradaram, impunemente. Por isso, é válido afirmar que vivemos, em todo o mundo capitalista, sob o domínio de um *Robin Hood* às avessas, isto é, sob a regência de uma gritante regressividade na distribuição da riqueza (entre indivíduos, classes e nações), já que são os despossuídos de bens materiais e financeiros que sustentam os possuidores desses bens. [...]” (PEREIRA, 2013, p.16).

Contudo, é evidente que a exploração sempre ocorreu historicamente com a classe trabalhadora. A sociedade capitalista estrutura-se em relações sociais profundamente desiguais, em que uma parcela mínima da população se apropria da renda produzida socialmente, enquanto a maioria invisível que produz a riqueza fica com direitos violados. Pereira (2013) apresenta a seguinte reflexão:

[...] somos adeptos dos argumentos que indicam ser a *mobilização de classe* o principal fator dos ganhos sociais obtidos no seio do capitalismo. São as classes sociais, portanto, os principais agentes de mudança política, pois são as correlações e equilíbrios de forças produzidas por elas que determinam a distribuição de bens, serviços e direitos. Além disso, é por meio da mobilização de classe e da correlação de forças que a política social se

afigura muito mais do que um meio de atenuar malefícios sociais do capitalismo [...] (PEREIRA, 2013, p.18).

Frente a isso, a Cozinha Solidária São Marcos, é um movimento que nos mostra a problemática grave da fome, e que é possível superá-la, problemática que urgentemente necessita ser debatida, para que assim, sejam realizadas ações na garantia do direito de forma digna a uma alimentação saudável e suficiente às famílias vulneráveis. Porém, não somente a fome, mas também outros direitos, a fim de que essas famílias possam alcançar a dignidade humana pois, em nosso país, as classes sociais que estão vulneráveis enfrentam no cotidiano além dos flagelos da fome, o desemprego, a violência, o abandono da infância e da juventude.

Precisamos da efetividade das políticas públicas que garantam acesso aos direitos e não da proposta da PEC que congelou gastos públicos em saúde, educação, previdência, dentre outros. O combate a essas iniciativas não pode aceitar política retrógrada de defesa do mercado como instância reguladora das relações sociais.

O assistente social atua nos territórios através dos serviços sócio/assistenciais ampliando o acesso aos direitos e serviços, mobilizando ações intersetoriais, desenvolvendo ações de caráter coletivo na conquista por direitos, visto que, o projeto Ético Político da Profissão (CFESS) enfatiza em seus princípios a defesa intransigente dos direitos humanos, a luta contra qualquer forma de preconceito, ampliação da liberdade, em que os profissionais devem promover estratégias técnico-políticas nos diversos espaços sócio/-institucionais ampliando a liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos, a defesa da equidade e da justiça social, distribuição da riqueza, e compromisso com a qualidade na prestação dos serviços, competência profissional e articulação com outros profissionais e trabalhadores. A luta pelos direitos ultrapassa o cotidiano de prestação de serviços e se articula colocando os cidadãos na luta através dos movimentos sociais.

Com isso, é evidente a importância da profissão do Serviço Social nas conquistas pelos direitos que tivemos ao longo dos anos, bem como, para as conquistas que necessitam ser concretizadas futuramente, colocando os cidadãos no centro das ações, incentivando que sejam atuantes nas lutas, através dos movimentos sociais. Essas ações transformam a sociedade rumo a igualdades para todos de forma justa, em que as condições sejam iguais e dignas, não permitindo que a classe que detém o capital continue explorando, calando e marginalizando aqueles que por culpa dessa própria classe e muitas vezes também por culpa do Estado, encontram-se nessas condições de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

A partir dessas discussões apresentadas ao longo desse artigo, podemos afirmar que no governo anterior o Brasil passou por vários retrocessos e desmontes no que diz respeito às políticas públicas de grande importância no combate à desigualdade social e garantia de direitos, e após a pandemia da Covid-19 essa situação se evidenciou ainda mais, tornando-se insustentável, expondo ainda mais essa grave crise.

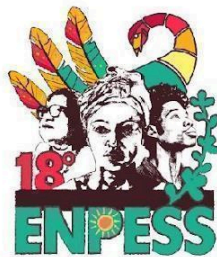
Em consequência disso, a classe trabalhadora foi devastada por esse cenário, e também pela negligência do próprio Estado, que fechou seus olhos a essa calamidade da fome.

Nesse sentido, a fome que já não era algo atual, novamente se tornou assunto para ser discutido, e pensado em ações concretas, com o propósito de garantir a alimentação para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, a Cozinha Solidária busca suprir essa necessidade, na lógica de garantir a alimentação básica aos que necessitam. Essa iniciativa das Cozinhas Solidárias, passou existir após a pandemia da Covid-19, com o objetivo de prestar atendimento aos que não tinham nenhum tipo de alimentação no seu dia-a-dia. Compreende-se que além de fornecer alimentação essa ação é uma forma de garantir o direito básico, de garantir dignidade e cidadania.

Nessa perspectiva a/o assistente social, também é fundamental nesse processo, visto que, com seu compromisso na luta e defesa dos direitos, atuantes nas políticas públicas e com o compromisso na busca e efetivação de uma outra ordem societária justa, pautadas no engajamento ético-político da profissão.

A Cozinha Solidária São Marcos, além de fazer refeições para as famílias, também trabalham na conscientização de preservação no cuidado com o meio ambiente. Ação fundamental, pois o Brasil, tem enfrentando consequências sérias climática, devido à falta de ações voltadas a educação ambiental, ficando evidente tal fato, no Governo Federal anterior. Outro ponto em destaque é a violação do direito humano à alimentação, que mobilizou a sociedade civil em diversas iniciativas de defesa e de medidas emergenciais.

Por fim, compreendemos que quanto mais um movimento é fortalecido e engajado tendo o apoio dos/as profissionais do serviço social, mais eficaz se torna o acesso a garantia dos direitos para todos de forma eficiente, digna e que possa ser emancipatória, crítica e possibilite a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

autonomia, pois sabemos que nem sempre o fato de existirem políticas públicas garante que os direitos e acesso estão sendo de fato alcançados.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, L. *apud* MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). **Um ano da Cozinha Solidária São Marcos**. MST, 12 jul. 2022. Disponível em:

<https://mst.org.br/2022/07/12/um-ano-da-cozinha-solidaria-sao-marcos/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC). **A economia de Francisco e Clara: denúncia as violências financeiras e anúncio de economias para o bem viver**. Belo Horizonte, ABEFC, 2023. Disponível em:

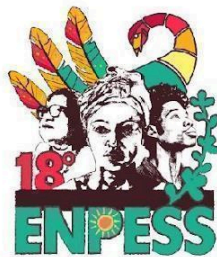
https://economiedefranciscoeclara.com.br/wp-content/uploads/2023/03/CARTILHA_A5_PORT_V4_01_03_Digital-1.pdf. Aceso em 11 jul. 2024.

BRASIL, **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): **Guia de Vigilância Epidemiológica do Covid-19**. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos e pesquisas**. São Paulo: Atlas S.A. 2002. p. 41-45. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antONIO_CARLOS_GIL.pdf. Acesso em: 29 jun.2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GOHN, M. da G. **500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONGs e Terceiro Setor.** Revista Mediações, Londrina, v.5, n.1, p.11-40, jan/jun. 2000, Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>. Acesso em: 08 jul.2024.

JOAZEIRO, E. M.G e ARAÚJO, L. J. C. **Territórios, temporalidades e Covid-19: o desafio de defender a vida em tempo de crises.** In: JOAZEIRO, E. M. G. (Org.) **Atenção à saúde em tempos de pandemia da Covid-19: contextos nacionais e internacionais.** 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2022. p.131-164.

LOPES, W. C e SANTANA, R. O. **Movimentos sociais em diálogo com o Serviço Social.** Caderno Humanidades em Perspectivas, v.1 n.1, 2017 Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/605>. Acesso em: 08 jul.2024.

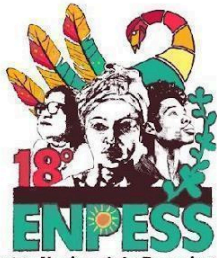
MATTOS, M. G; JÚNIOR, R. A. J.; BLECHER, S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação.** São Paulo, Phorte, 2004, p.162.

Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). **As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil.** MTST, 2021. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/>. Acesso em: 06 jul. 2024.

PEREIRA, P. A. **Política social contemporânea concepções e configurações no contexto da crise capitalista.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rfv9p/pdf/costa-9788577982318-01.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PINHEIRO, Anelise; CARVALHO, Maria. (2010). **Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social.** Ciência & Saúde Coletiva - CIENC SAUDE COLETIVA. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yV8gXL7yTTbvngqSh6WnLts/?lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2024

POLINE T. **Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome.** Rio de Janeiro. G1, 27 jul. 2021. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em: 05 jul. 2024.

PRATES, J. C. O trabalho de assistentes sociais frente à pandemia e ao desmonte de direitos. In: JOAZEIRO, E. M. G. (Org.) **Atenção à saúde em tempos de pandemia da Covid-19: contextos nacionais e internacionais**. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2022. p.371-384.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Penssan, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> . Acesso em: 05 jul. 2024.

SILVA, J. H. **Solidariedade sem teto: Atuação do Movimento dos Trabalhadores sem teto em Recife em tempos da pandemia da Covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Serviço Social - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023 Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/51537/1/TCC%20de%20Jefferson%20Henrique%20da%20Silva.pdf.pdf>. Acesso em 28 jun. 2024.

SOLEDADE, J. A. B, da et al. **A constituição de uma cozinha solidária: o aproveitamento de perdas pós-colheita e a segurança de alimentos: avanços e desafios no enfrentamento da vulnerabilidade social**. Demetra: 2017. p.1185-1202. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/28209/22875> Acesso em: 10 jul. 2024.

VALENTE, F. L. S. **Rumo à Realização Plena do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas**. Revista Development 57 (2), p.155-170, 2014. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Rumo-%C3%A0-realiza%C3%A7%C3%A3o-plena-do-DHANA_Flavio-Valente.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.